



VII Congresso de Pesquisa e Extensão da FSG
V Salão de Extensão

<http://ojs.fsg.br/index.php/pesquisaextensao>

ISSN 2318-8014



**A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO FRENTE AS PROBLEMÁTICAS
DA PROFISSÃO DE POLICIAL MILITAR**

Karoline Machado de Souza^a, Ana Claudia Baratieri Zampieri^{a*}

a) FSG - Centro Universitário

Informações de Submissão

*Ana Claudia Baratieri Zampieri, endereço:
Rua Os Dezoito do Forte, 2366 - Caxias do Sul
- RS - CEP: 95020-472

Palavras-chave:

Policiais Militares. Psicólogo. Estresse.
Emocional.

Resumo

A profissão de policial militar é apontada pela literatura internacional como sendo uma das mais estressantes, por conta do constante perigo ao qual esses profissionais estão expostos diariamente, seja em horário de expediente, ou fora dele. Apesar de todos os aspectos estressores, que são muito mais abrangentes, envolvendo também frustrações profissionais, críticas incisivas por parte da sociedade, utilização permanente de arma de fogo e rigidez no ambiente de trabalho, raramente um psicólogo encontra-se presente nas corporações. O presente estudo, busca compreender melhor alguns dos principais aspectos estressores que se apresentam na vida desses profissionais, de que forma os mesmos reagem a eles, bem como fundamentar a respeito da importância da atuação do psicólogo diante dessas problemáticas, que geram consequências muito negativas que impactam diretamente a saúde mental e física do policial militar.

1 INTRODUÇÃO

A profissão de policial militar é apontada pela literatura como uma das mais estressantes (Costa, et al. 2007) e como um grupo que possui um alto risco de morte por suicídio (Miranda & Guimarães, 2016). Por estarem em constante estado de alerta, expondo-se a situações violentas e perigosas, utilizarem arma de fogo permanentemente, dentre outras situações, o policial militar acaba sendo muito atingido pelo estresse físico e mental.

Nos últimos anos, com o aumento da violência, a cobrança e a pressão diante do trabalho do policial militar aumentou. A demanda exige que essas organizações diminuam os índices de criminalidades e combatam os criminosos, entretanto diversas corporações apresentam-se desprovidas de recursos não só materiais, mas humanos para que possam atingir seus objetivos (Silva & Bueno, 2017), por conta disso os membros

dessas corporações sofrem uma grande sobrecarga emocional e física por essas cobranças incisivas e constantes (Guimarães, 2012 *apud* Silva & Bueno, 2017).

Com tudo isso, esse estudo visa analisar a imprescindibilidade da presença de um psicólogo nessas corporações, para que possa auxiliar na demanda de saúde mental, a qual atualmente mostra-se muito escassa de cuidados e manejo adequado.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O trabalho atualmente ocupa cada vez mais tempo na vida da maioria das pessoas, justamente por conta do contexto competitivo e dinâmico que se faz presente. São diversos fatores que estão inclusos na rotina de trabalho que inferem no desempenho pessoal de cada indivíduo e quando essas influências são negativas, os sujeitos podem ser prejudicados. Alguns dos aspectos que podem estar interferindo diretamente na vida das pessoas são: pressão por resultados, ritmo de trabalho, relações interpessoais, emoções, afetividade e estruturação de trabalhos (Almeida, *et al.* 2016).

Conforme a Constituição Federal, no artigo 144, a segurança pública é um dever do Estado, sendo responsabilidade e direito de todos os indivíduos, exercida com o objetivo de preservar a ordem pública e da incolumidade não só do patrimônio, mas das pessoas. Um dos órgãos que exercem a função de garantir a segurança pública é a Polícia Militar (Brasil, 1998). Segundo a Constituição Federal:

§ 5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; (...)

§ 6º As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios (Brasil, 1998).

As atividades atribuídas aos policiais militares são consideradas de alto risco por enfrentarem diariamente a violência, a morte e a brutalidade, portanto, a literatura aponta para o fato de que essa profissão é uma das mais atingidas pelo estresse, por conta da exposição constante a agressões e perigo, estando diante de diversas situações de conflito e tensão (Costa, *et al.* 2007). Para Spode e Merlo (2006), essa é uma categoria profissional consideravelmente exposta à produção de sofrimento psíquico em decorrência das tensões e perigos sempre presentes, além de que, no caso específico dos policiais militares, além das rigorosas exigências atribuídas automaticamente aos contextos que oferecem riscos

nas ruas, ocorrem também reivindicações incisivas em relação à organização do trabalho, alicerçado a um sistema rígido de vigilância e disciplina constante. Segundo Lima, Blank e Menegon (2015), o policial deve dedicar-se integralmente, pois esse tempo invade sua vida pessoal, exigindo que o mesmo esteja em constante estado de alerta e com isso alterando hábitos, mesmo em horário de folga, pois lhe é exigido o compromisso com a lei e ordem pública, independentemente de estar ou não em horário de expediente e além disso, ressalta-se o uso permanente da arma de fogo (Andrade, Souza & Minayo *apud* Lima, Blank & Menegon, 2015). Silva, 2009 refere que o trabalho de policial militar requer muito da vida pessoal do indivíduo, "não é a profissão que passa a ser parte da vida, mas a vida que passa a ser envolvida pela profissão".

Conforme Oliveira e Santos (2010), deve-se considerar o âmbito familiar saudável, horas providas ao lazer e repouso do policial, por relacionar-se com uma profissão de alto risco, pois os mesmos poderiam estar auxiliando no manejo de situações conflitantes, equilíbrio mental, dentre outros, entretanto há de se considerar que, para complementar a renda, muitos policiais realizam atividades fora do horário de trabalho. A segurança particular é realizada de forma periódica, essencialmente aos finais de semana ou através de alternância de dias com os de atividades da corporação. Isso gera, por vezes, um maior cansaço mental e físico por parte do policial.

É comum, através de veículos de mídia, notarmos a atuação de policiais no combate ao crime, associando-os ora a heróis, ora a vilões. Heróis que combatem a violência e vilões que se corrompem ou matam inocentes (Spode & Merlo, 2006), a partir disso Phillips e Sobol (2012) *apud* Coelho-Alves, Bendassolli e Guedes-Gondim (2017), afirmam que ao policial militar lhes são exigidas habilidades no que tange o manejo de seu emocional, justamente por vivenciarem corriqueiramente situações de tensões. Há a expectativa de que o mesmo zele piedosamente pela aplicabilidade da lei e preservação da ordem, bem como apresente sempre uma imagem positiva, estando em consonância com a comunidade. O policial militar ocupa um "território de controvérsias", onde há uma realidade que a sociedade no geral pouco conhece que é a do policial como indivíduo trabalhador, o qual, apesar de suas atribuições, como por exemplo a contenção da violência, também corre riscos não só de reproduzi-la, mas também de ser vítima dela (Spode & Merlo, 2006). Para Leite e Silva (2007) *apud* Oliveira e Santos (2010), a imagem do policial torna-se muito prejudicada em alguns casos, principalmente se pensarmos que muitos são os policiais que atuam em suas profissões com base na ética e

respeito, e apesar disso, muitas vezes a população considera os policiais como imprevisíveis e violentos. Essencialmente as pessoas que residem em regiões periféricas e violentas tendem a não confiar no policial, pois compreendem que os mesmos possuem comportamentos discriminatórios e, em alguns casos, duvidosos. Silva (2009) ressalta que muitas vezes o sofrimento do policial militar não é compreendido ou percebido pela população, por conta de estigmas estabelecidos. A generalização também se faz muito presente, condenado e julgando, através do comportamento de minorias dentro das corporações, todos os demais, dificultando uma visão ampliada acerca da subjetividade desse profissional.

Silva (1999) *apud* Silva (2009) estabelece quatro estágios da carreira de policial. O primeiro é o **Estágio de Alarme**, o qual ocorre nos primeiros cinco anos de trabalho, é onde o policial entra em contato com a realidade da profissão, percepção essa que muitas vezes é constatada como muito distinta dos aprendizados adquiridos na escola de formação. O estresse tende a fazer-se presente, essencialmente aumentando gradativamente de forma paralela a exposição da realidade nua e crua da profissão. O segundo estágio é o **Estágio do Desencanto**, o qual ocorre entre os 6 aos 13 anos de trabalho e é aqui onde ocorre uma extensão de choque de realidade já experienciada na fase anterior. Essa fase tende a ser muito estressora e difícil para os policiais, os quais tendem a decepcionar-se consideravelmente com a profissão, pois constatam que o que lhes é exigido permanece distante de suas capacidades de reação com total êxito. Surge também, por vezes, uma sensação de fracasso pessoal, por sentirem-se insuficientemente eficazes frente as demandas do policiamento. O terceiro estágio é o **Estágio da Personalização**, o qual ocorre dos 14 aos 20 anos de trabalho, onde enfatiza-se metas pessoais em detrimento de metas do trabalho, há um deslocamento de metas e objetivos. Aqui o fracasso e a sensação de ineficácia tendem a tornar-se menos importantes que os estágios já citados, com isso o decréscimo do estresse ocorre. O último estágio é denominado **Estágio de Introspecção** e ocorre a partir dos 20 anos ou mais de trabalho. Trata-se de um momento de reflexão por parte do policial e aparentemente suas preocupações em relação as exigências de suas funções ou fracasso são diminuídas. Certamente trata-se da fase menos estressante da carreira do policial e que continuará decrescendo cada vez mais conforme o passar do tempo.

Coelho-Alves, Bendassolli e Guedes-Gondim (2017) constatam que a supressão de estados afetivos negativos ocorre de forma frequente e trata-se de um papel relevante

no trabalho do policial militar, pois auxilia na ocultação do medo diante do confronto da criminalidade ou situações de risco, ocultar também desaprovações referentes a comportamentos dos próprios colegas e “sinais de antipatia no atendimento a vítimas e populares”. Segundo Van Gelderen (2013), através de seu trabalho como policial, constata o quão perceptível são situações onde os policiais reprimem suas emoções e inclusive referem procurar “não levar para o lado pessoal”, mesmo diante de vivências extremas. Por vezes, emoções que não eram sentidas pelos mesmos, como a raiva, devem ser articuladas de forma que coibam o agravamento de alguma situação. Minayo, Assis e Oliveira (2011) atentam para o surgimento de formações reativas consequentes do estresse e sofrimento mental, essencialmente em situações onde os policiais assistem a cenas violentas ou quando eles mesmos as cometem. Ocorre a banalização e o tratamento jocoso das situações de confronto e intercorrências. Há o próprio relato de policiais, que referem haver uma “carga de anormalidade muito grande” que são naturalizadas e normalizadas pelos mesmos, como é o exemplo da volta de uma ocorrência onde a viatura é alvejada com diversos disparos e os demais colegas riem, “Puxa vida, quase pegou você!”.

Ao mesmo passo que policiais militares suprimem e mascaram emoções e sentimentos Minayo, Assis e Oliveira (2011) constataram que, muitas vezes o policial militar refere extrema satisfação com o medo ao qual vivencia diariamente, inclusive o próprio estresse por vezes é citado como fonte positiva de excitação no ambiente de trabalho, entretanto o sentimento de pertença que é muito perceptível nesses grupos é contraposto pelo ressentimento e pela referida falta de reconhecimento social. Com isso, muitos ressaltam que o trabalho também correlaciona-se com o sofrimento e adoecimento.

Antes mesmo de saírem para o trabalho, os policiais militares já sofrem com estresse físico e psicológico, apesar de que a maior incidência de ambos situem-se antes e durante eventos críticos (Anderson et al. *apud* Minayo, Assis & Oliveira, 2011). Conforme Coelho-Alves, Bendassolli e Guedes-Gondim (2017), é justamente no ambiente externo, onde o policial militar trabalha em prol do confronto direto à criminalidade, policiamento ostensivo, dentre outros, que constata-se a maior incidência de exaustão emocional, pois o mesmo depara-se com situações de violência e de risco. Oliveira e Santos (2010) ressaltam que os policiais podem assumir posturas irracionais diante de crises influenciadas por aspectos estressores ao qual vivenciam constantemente,

como é o caso do desequilíbrio emocional e cansaço físico. Tudo isso pode ter como consequência uma dificuldade no que tange o desempenho eficaz das atividades que lhes são atribuídas.

A literatura internacional atenta para o fato de que os policiais possuem um grande risco de suicídio, e o estresse ocupacional é um dos aspectos "mais explorados por especialistas no tema do suicídio", assim como a dependência química, essencialmente envolvendo álcool, também se mostra bastante citada como fator relevante no suicídio do policial, em estudos internacionais. Dificuldades na resolução de problemas interpessoais, também são facilitadores do risco de suicídio desses profissionais (Miranda & Guimarães, 2016), bem como a Desordem de Estresse Pós-Trauma (DEPT), essencialmente por conta do alto nível de violência, risco, estresse e mortes violentas que esses profissionais estão expostos diariamente. Em 1994 houveram 300 suicídios, que foram devidamente comprovados, entre policiais dos Estados Unidos. Esse dado mostra-se como mais que o dobro de mortes decorrentes do próprio exercício da profissão, que fora de 137. Existem algumas estimativas, que não foram confirmadas, que indicam a possibilidade de 9 a cada 10 suicídios, serem decorrentes de DEPT (Soares et al, 2006 *apud* Miranda & Guimarães, 2016). As questões que envolvem aspectos organizacionais também são um relevante fator de risco para o suicídio do policial. Alguns dos aspectos analisados pelas pesquisas internacionais estão relacionados a:

“relação hierárquica entre policiais superiores e subordinados, a alta rotatividade policial, políticas e regras ambíguas, o medo de investigações internas, burocracia e pressão dos pares” (Miranda & Guimarães, 2016).

O baixo nível de confiança entre o policial e seus colegas e problemas conjugais, estão relacionados ao suicídio também (Miranda & Guimarães, 2016). Kates (2001) *apud* Miranda e Guimarães (2016), constata que o simples fato de a arma de fogo estar em situação de acesso regular ao indivíduo, bem como exposição a situações de mortes, percepção de incoerências no sistema judiciário e imagem negativa acerca de sua figura pública, são facilitadores para o risco de suicídio de policiais.

Em um estudo relacionado ao sofrimento psíquico do policial militar de São Paulo, através de avaliações psicológicas e entrevistas, constatou as problemáticas mais relevantes nesses profissionais: desagregação familiar, processos autodestrutivos (essencialmente o alcoolismo), agressividade (auto e hétero), ideação homicida e suicida e irritabilidade e descontrole emocional. No que tange às problemáticas relacionadas às drogas, o álcool apresentou maior incidência e ressalta que moralmente falando, a

dependência em álcool está interligada com uma maior facilidade no reconhecimento e admitir do vício, por parte do policial militar. Nas mulheres observou-se uma auto agressividade relevante, incluindo tentativas de suicídio através da ingestão de fármacos e utilização de cocaína (FGV, 2007).

Segundo Costa, et al. (2007), é imprescindível que policiais militares sejam avaliados e acompanhados em relação às suas saúdes, essencialmente diante de aspectos psicossomáticos, pois o estresse influi significativamente nesse aspecto, exercendo enorme impacto no que tange a capacidade de exercer suas funções. Se os policiais militares não encontrarem estratégias para lidar com situações estressoras, estarão sujeitos a “debilitação do organismo e à instalação das fases subsequentes do estresse”, podendo atingir a exaustão, onde, por conta da baixa da imunidade, ocorrem doenças mais graves como depressão, hipertensão arterial, ansiedade, dentre diversos outros. Ainda segundo Minayo, Assis e Oliveira (2011), conforme o processo de envelhecimento do policial, por conta de o estresse relacionado ao trabalho acumular-se, os efeitos podem interligar-se com inadequações de comportamentos, como é o caso das jogatinas descontroladas, alcoolismo, agressividade, ansiedade, exposição a acidentes, descontroles emocionais, dentre outros. Um estudo relacionado com a saúde mental e a profissão do policial militar, reforça um dos efeitos citados acima, onde constata a patologia, relacionada ao TMC (Transtorno Mental e Comportamental), mais prevalente em internações hospitalares, nessas circunstâncias, como sendo transtornos mentais e comportamentais devido ao uso de álcool (CID F10), correspondendo a 61,9 % dos casos (Mascarenhas, 2009 *apud* Lima, Blank & Menegon, 2015).

Para Silva, 2009 o trabalho do policial é muito mais dependente de suas condições psicológicas, que de força e coragem, pois são elas que podem garantir um bem-estar defronte a uma tarefa tão exorbitante. É essencial que a administração e externalização das emoções ocorra no ambiente de trabalho, pois impactam diretamente no bem-estar de cada ser humano e no próprio rendimento (Van Gelderen, 2013). Castro & Cruz, 2015 ressaltam a importância no investimento de programas voltados para a saúde do policial, objetivando uma polícia competente e sólida e da reavaliação da própria polícia no que diz respeito a organização de trabalho e as condições que os profissionais estão sendo expostos. Refere ainda que caso isso não ocorra, o policial continuará sendo indicado como responsável por não conseguir administrar eventos resultantes das próprias atribuições laborais, por conta da insuficiente resiliência necessária para gerenciar

aspectos ligados a profissão. Isso tem como consequência, por vezes o adoecimento do profissional, ao mesmo passo que a polícia continuará com as mesmas dificuldades de ter um efetivo capacitado para suportar as situações inerentes às atividades exercidas, frustrando as expectativas de competências aguardadas.

De modo geral, as corporações militares não possuem um psicólogo ou setor de psicologia em suas organizações, os quais poderiam estar atuando em consonância com o médico ou atuar através de sua autonomia profissional, auxiliando em questões de suporte clínico, trabalhando preventivamente e precocemente a sintomas que possam surgir nesses profissionais. Geralmente esse suporte é fornecido a partir da própria iniciativa do militar, o que é raro ocorrer, até mesmo pelo receio que o mesmo possui diante do julgamento dos colegas. É notável que nesses grupos, as medidas de prevenção são inexistentes, bem como políticas públicas que objetivem, de forma eficaz, fornecer uma melhor qualidade de vida ao policial militar (Oliveira & Santos, 2010).

3 METODOLOGIA

Para a elaboração do presente artigo, fora utilizado um levantamento bibliográfico. Conforme GIL (1999) a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir da coleta de dados, essencialmente de livros e artigos científicos. Parte das fontes exploradas podem ser descritas como pesquisas bibliográficas, dessa forma formula-se a análise do conteúdo obtido.

Os dados levantados nas pesquisas estão em consonância com o tema: problemáticas na profissão do policial militar e a importância da atuação do psicólogo, sendo não houve restrição de datas e foram utilizadas bases de dados: Google Acadêmico e Scielo. Fora utilizado uma tese em língua inglesa apenas, os demais estudos levantados, foram em língua portuguesa.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Através de tudo que fora levantado através de pesquisa bibliográfica, constatou-se que a profissão de policial militar realmente é muito atingida pelo estresse físico e mental. O policial militar, por exigências de suas funções, expõe-se invariavelmente a situações de extremo perigo, conflito, cenas violentas. O próprio fato de estar sempre em

estado de alerta, pois isso também lhe é exigido não só em horário de expediente, mas fora dele, por si só já é extremamente ansiogênico e estressante. Para esse profissional, o perigo pode estar em qualquer lugar e a qualquer momento, portanto deve estar de prontidão, 24 horas por dia, para agir caso necessário.

Foi notável o quão negativos são os impactos do estresse acumulativo no ambiente de trabalho, estresse esse que não é apenas vivenciado por conta das situações de perigo ou pela hipervigilância e permanente uso da arma de fogo, mas pela relatividade no que tange o reconhecimento por parte da sociedade, do trabalho desse profissional, a qual, por vezes os reconhecem como heróis e outras como vilões, ora como “super-humanos”, ora como corrompíveis e desprezíveis. Há o fator estressante acerca das expectativas que esses possuem da profissão *versus* a realidade nua e crua que se apresenta ao ingressarem em uma corporação. As brechas nas leis, a inconsistência do poder judiciário criminal, traz por vezes uma frustração grande no policial militar, o qual se dá conta de que as demandas do policiamento, muitas vezes estão distantes de suas reais possibilidades de reação com total êxito. Da mesma forma, existem carências nos recursos humanos e materiais das corporações e que também impactam no estresse desse profissional. Além de tudo isso, o aspecto da carga horária do policial militar, também influi significativamente no estresse, pois além da grande alternância de carga horária e turnos, esse profissional muitas vezes realiza atividades extras para complementar a renda.

Essa profissão exige que o profissional suprima o máximo estados de humor e sentimentos inerentes ao ser humano, como o medo, a raiva e a tristeza. Por exemplo, é necessário suprimir o medo, pois defronte ao combate, diante da mínima demonstração de medo, entende-se que o sujeito oposto possa identificar uma brecha e sentir-se seguro para reagir, além dos próprios rótulos implantados, que subentendem que esse profissional deve ser forte, guerreiro. Com isso, esses profissionais, muitas vezes guardam para si situações conflitantes ou utilizam de formações reativas para lidar com eventos traumáticos ou difíceis, tratando-os de forma irônica ou sarcástica.

Com todos os fatores estressores, que incluem a supressão de estados de humor e carga de anormalidade muito grande que é relativizada e normalizada, nota-se o surgimento de algumas problemáticas nesses profissionais, que podem ser facilmente associadas a esses agentes estressores, pois as pesquisas apontam vários desses problemas, como sendo frequentes e específicos entre os policiais militares, como é o exemplo do alcoolismo, que mostrou-se incisivo em todos os estudos que consultei,

apontando até mesmo para o TMC mais prevalente em casos de internações hospitalares desses profissionais. Outras doenças que podem se manifestar decorrentes do estresse e que são comuns aos policiais militares são a depressão, hipertensão arterial e ansiedade, justamente por conta da baixa da imunidade diante de uma possível exaustão. Notam-se comportamentos inadequados como agressividade, exposição a acidentes, descontroles emocionais e jogatinas descontroladas.

O suicídio mata ou matou mais que o próprio exercício da profissão, em alguns lugares, é o que indicam alguns dados, como é o caso do exemplo citado dos Estados Unidos. Os policiais possuem um alto risco de suicídio, e os fatores que implicam e contribuem para essa situação vão desde todas as problemáticas citadas acima, até situações conjugais e interpessoais. Podemos associar, que muitas vezes, o policial militar, por conta da irregularidade de horários de expediente, possa ter uma dificuldade no que tange sua rotina pessoal, seja com a família ou consigo mesmo, como cuidar de sua saúde, vivenciar momentos de lazer, executar atividades que tenha interesse, dentre outros.

É visto que, apesar da ausência de um Psicólogo na maioria das corporações, a demanda existe e é enfática, seja nos altos índices de suicídios de policiais militares, aos quais infelizmente apresentam uma distorção, por conta do registro equivocado desses óbitos, até todos os aspectos estressores dessa profissão. Existe uma urgência na presença da atividade médica e psicológica, trabalhando de forma conjunta para com esses profissionais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O policial sofre, como todas as outras pessoas. Quando acionamos o 190, quem atende é outro ser humano e quem dirige-se até a ocorrência é também um ser humano. Todos com sentimentos, emoções, histórias de vidas, angústias, receios, alegrias. Eles também possuem dias ruins, dias de conflito interno ou externo, como todos.

Com tudo o que fora levantado, nota-se extrema relevância na produção de pesquisas acerca da saúde física e mental do policial militar, pois infelizmente, os estudos nessa área ainda são poucos e as intervenções frente a essas problemáticas, praticamente inexistentes.

A atuação do Psicólogo nessas intervenções é de suma importância. A presença desse profissional nas corporações é algo que deve ser discutido, pois diante de tantos problemas que esses profissionais enfrentam diariamente, fica claro que a demanda é emergente e carece de forma imediata de atenção e cuidado.

Olhando para o policial militar como um ser humano, com todas as inerências de um ser humano, percebemos quão extenuante tarefa executa e lhe exige de seu emocional, preparo técnico, tempo e de sua própria vida. "Não é a profissão que passa a ser parte da vida, mas a vida que passa a ser envolvida pela profissão" (Silva, 2009).

6 REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, D.M. et al . Satisfação no Trabalho dos Policiais Militares do Rio Grande do Sul: um Estudo Quantitativo. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília , v. 36, n. 4, p. 801-815, Dec. 2016. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932016000400801&lng=en&nrm=iso . Acesso em: 07-12-2018.
- BRASIL. Presidência da República. (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Título V - Da Defesa do Estado e Das Instituições Democráticas. Capítulo III - Da Segurança Pública, art. 144, § 5º e §6º. Diário Oficial da União, out.1998. [[Links](#)]
- CASTRO, M.C.A; CRUZ, R.M. Prevalência de Transtornos Mentais e Percepção de Suporte Familiar em Policiais Civis. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília , v. 35, n. 2, p. 271-289, June 2015 Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932015000200271&lng=en&nrm=iso . Acesso em: 07-12-2018.
- COELHO-ALVES, J.S; BENDASSOLLI, P.F; GUEDES-GONDIM, S.M. Trabalho emocional e burnout: um estudo com policiais militares. **Av. Psicol. Latinoam.**, Bogotá, v. 35, n.3, p.459-472, Dec. 2017. Disponível em:
http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1794-47242017000300459&lng=en&nrm=iso . Acesso em: 06-12-2018
- COSTA, M., ACCIOLY JUNIOR, H.; OLIVEIRA, J., & MAIA, E. (2007). Estresse: diagnóstico dos policiais militares em uma cidade brasileira. **Revista Panamericana de Salud Pública**, **21** (4), 217–222. Disponível em:
<https://scielosp.org/article/rpsp/2007.v21n4/217-222/pt/> . Acesso em: Acesso em: 08-12-2018
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Relatório de pesquisa: Sofrimento Psíquico do Soldado da PM**. São Paulo. FGV, 2007.
- GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- LIMA, F.P; BLANK, V.L.G; MENEGON, F.A. Prevalência de Transtorno Mental e Comportamental em Policias Militares/SC, em Licença para Tratamento de

Saúde. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v.35, n.3, p.824-840, Sept. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932015000300824&lng=en&nrm=iso . Acesso em: 07-12-2018

MINAYO, M.C.S, ASSIS, S.G. & OLIVEIRA, R.V.C. (2011). Impacto das atividades profissionais na saúde física e mental dos policiais civis e militares do Rio de Janeiro (RJ, Brasil). **Ciência & Saúde Coletiva**, **16**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v16n4/v16n4a19.pdf> . Acesso em: Acesso em: 07-12-2018.

MIRANDA, D. ; GUIMARÃES, T. O Suicídio Policial: O que sabemos?. Dilemas: **Revista de Estudos de Conflito e Controle Social** , v. 9, p. 13-34, 2016.

OLIVEIRA, K.L; SANTOS, L.M. Percepção da saúde mental em policiais militares da força tática e de rua. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 12, n. 25, p. 224-250, Dec. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222010000300009&lng=en&nrm=iso . Acesso em: 08-12-2018

SILVA, J.H.R. **Estudo sobre o trabalho do policial e suas implicações na saúde mental**. 2009. Dissertação (Mestrado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-04122009-112509/pt-br.php> . Acesso em: 08-12-2018

SILVA, M.A; BUENO, H.P.V. o suicídio entre policiais militares na polícia militar do paraná: esforços para preven o. **Diretor/Comandante da Academia Policial Militar do Guatup . Coordenador Geral da Revista de Ciências Policiais da APMG.**, - São José dos Pinhais, v. 1, n. 1, p. 5-23, 2017.

SPODE, C.B; MERLO,  .R.C. Trabalho policial e saúde mental: uma pesquisa junto aos Capitães da Polícia Militar. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre, v. 19, n. 3, p. 362-370, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722006000300004&lng=en&nrm=iso . Acesso em: 07-12-2018.

VAN GELDEREN, B.R. (2013). **At the heart of policing**. (Tese de Doutorado, Faculty of Social Sciences (FSS), Rotherdam, Netherlands). Disponível em <http://repub.eur.nl/pub/40298>. Acesso em: 07-12-2018.